

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026

1 PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TOCANTINS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Barrolândia/TO, por intermédio da Pregoeira e Agente de Contratação, conforme Decreto nº 004/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Ordinária Municipal nº 336/2025 e demais legislações aplicáveis, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 05/03/2026 ÀS 09:00 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: LICITANET - www.licitanet.com.br

MODO DE DISPUTA: Aberto.

2 DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de engenharia, visando à reforma do Quiosque e da Praça Pública do Município de Barrolândia – TO, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à execução integral do objeto, conforme projetos, orçamento, especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.2. A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo único, com vigência de 12 (doze) meses, observadas as disposições constantes do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. A licitação será composta por 01 (um) item único, sendo adotado como critério de julgamento o menor preço global, sob o regime de empreitada por preço global, desde que atendidas integralmente todas as exigências técnicas, operacionais, jurídicas e de habilitação previstas neste Edital e em seus Anexos.

2.4 Considerando a padronização dos serviços, a definição objetiva do escopo e das especificações técnicas, bem como o valor estimado de **R\$ 394.224,95**, a presente contratação enquadra-se como **serviço comum de engenharia**, sendo adotada a modalidade **Pregão Eletrônico**, com julgamento pelo critério de **menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Havendo divergência entre as especificações, condições ou informações constantes deste Edital e de seus Anexos e aquelas eventualmente registradas no sistema eletrônico LICITANET (www.licitanet.com.br), prevalecerão, para todos os efeitos legais, as disposições constantes deste Edital e de seus Anexos.

3. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO, PESQUISA DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

3.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando valores praticados no mercado local e regional para serviços de engenharia compatíveis com o objeto, cujos documentos integram o processo administrativo.

3.2. A contratação terá vigência administrativa de 12 (doze) meses, destinada exclusivamente à execução integral do objeto, não se caracterizando como prestação de serviço contínuo, sendo vedado qualquer pagamento mensal.

3.3. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, a serem indicadas no momento da contratação, observada a Lei nº 4.320/1964.

3.4. A despesa será classificada como DESPESA DE CAPITAL (INVESTIMENTO), em razão da execução de serviços de engenharia destinados à melhoria e valorização do patrimônio público, devendo ser utilizado o seguinte elemento de despesa:

- 44.90.51 – Obras e Instalações.

Embora classificada contabilmente como despesa de capital, a contratação caracteriza-se como execução de serviços de engenharia voltados à reforma de bem público, enquadrando-se como serviço comum de engenharia, em razão da padronização dos serviços, da definição objetiva do escopo e das especificações técnicas, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

3.5. MEMORIAL DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da presente contratação foi apurado com base em **orçamento sintético e planilhas de composição de custos**, elaborados a partir de levantamento técnico da área de engenharia, observando-se os quantitativos, serviços e preços unitários compatíveis com a **reforma do Quiosque e da Praça Pública do Município de Barrolândia – TO**, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A composição do valor estimado contempla, de forma detalhada, todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo **mão de obra, materiais, equipamentos, encargos diretos e indiretos**, conforme demonstrado na **Planilha Orçamentária de Referência**, a qual integra o processo administrativo.

O cálculo do valor total estimado da contratação foi realizado mediante a **multiplicação dos quantitativos previstos pelos respectivos preços**

unitários, conforme planilha orçamentária, resultando no **valor global estimado da contratação**, adotado como referência para o procedimento licitatório, a ser executado sob o regime de **empreitada por preço global**.

O valor global estimado da contratação é de:

👉 **R\$ 394.224,95 (trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos).**

O referido valor possui **caráter meramente estimativo**, destinando-se exclusivamente à orientação do procedimento licitatório e à verificação da compatibilidade orçamentária, **não constituindo obrigação de contratação por esse montante**, nos termos do art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados previamente credenciados no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

4.2 O credenciamento deverá ser realizado diretamente no sistema LICITANET, no endereço eletrônico indicado neste Edital, de acordo com as regras próprias da plataforma.

4.3 O credenciamento no sistema implica a responsabilidade do licitante e a presunção de sua capacidade para a prática de todos os atos inerentes ao pregão eletrônico.

4.4 O licitante é integralmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, inclusive por aquelas realizadas por seus representantes.

4.5 O acesso ao sistema será realizado mediante uso de login e senha de uso pessoal e intransferível, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo e a correta utilização das credenciais.

4.6 É vedada a exigência de procuração com firma reconhecida, de intermediação por empresas associadas ao sistema ou de qualquer outra forma de credenciamento que restrinja a livre participação dos licitantes.

4.7 O licitante deverá manter seus dados cadastrais atualizados no sistema eletrônico, sendo de sua responsabilidade qualquer prejuízo decorrente de informações incorretas ou desatualizadas.

5 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico pessoas jurídicas, inclusive Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

5.2. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será assegurado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, exclusivamente para fins de desempate e regularização fiscal, não constituindo condição restritiva à participação no certame.

6. DA PREFERÊNCIA A FORNECEDORES LOCAIS

6.1. Em atendimento ao disposto na **Lei Municipal nº 336/2025**, será assegurada **preferência aos fornecedores sediados no Município de Barrolândia – TO, exclusivamente como critério de desempate**, ou quando suas propostas apresentarem **diferença de preços de até 5% (cinco por cento)** em relação à melhor proposta válida, **desde que atendidas integralmente todas as exigências técnicas e jurídicas do Edital.**

6.2. A aplicação da preferência prevista no item anterior observará, obrigatoriamente, os **princípios da isonomia, da competitividade, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa**, nos termos do **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, não podendo resultar em prejuízo à ampla concorrência.

6.3. É **expressamente vedada** qualquer forma de **restrição, limitação ou condicionamento à participação** de licitantes não sediados no Município de Barrolândia – TO, sendo a preferência local aplicada **apenas nos estritos limites legais**, como critério de desempate ou margem de preferência, sem prejuízo da competitividade do certame.

7 – DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

7.1. Não poderão participar desta licitação, **direta ou indiretamente**, nos termos do **art. 9º da Lei nº 14.133/2021**, as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem em qualquer das seguintes situações:

I – que **não atendam às condições e exigências** estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;

II – o **autor do projeto básico ou executivo**, pessoa física ou jurídica, quando o objeto da licitação estiver a ele relacionado;

III – a **empresa responsável pela elaboração do projeto**, bem como aquela da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista controlador, responsável técnico ou detenha participação relevante;

IV – o licitante **impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública**, nos termos de sanção administrativa vigente;

V – o licitante que **mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista** com agente público que atue na licitação, na gestão ou na fiscalização do contrato;

VI – **empresas controladoras, controladas ou coligadas**, nos termos da legislação societária, **quando concorrendo entre si**;

VII – pessoa física ou jurídica **condenada por exploração de trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou outras formas de trabalho ilegal**, enquanto perdurarem os efeitos da condenação;

VIII – **agente público** do órgão ou entidade promotora da licitação, direta ou indiretamente;

IX – licitante que **atue como interposta pessoa**, com o objetivo de **burlar sanção administrativa** aplicada a terceiro;

X – pessoas físicas ou jurídicas **sancionadas por organismos internacionais financiadores**, quando aplicável ao caso concreto;

XI – pessoas físicas ou jurídicas em **situação de conflito de interesses**, nos termos da legislação vigente.

8 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos neste Edital.

8.2 Quando adotada a inversão de fases, os licitantes encaminharão inicialmente apenas a proposta, sendo os documentos de habilitação exigidos somente do licitante vencedor.

8.3 No cadastramento da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

I – que cumpre os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

II – que elaborou sua proposta de forma independente;

III – que conhece e aceita as condições do Edital e seus anexos;

IV – que sua proposta compreende todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

V – que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

8.4 As cooperativas deverão declarar que atendem aos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.6 O licitante poderá retirar ou substituir sua proposta e documentos até a abertura da sessão pública.

8.7 Não haverá classificação das propostas antes da fase de lances.

8.8 Os documentos da proposta e da habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados após o encerramento da fase de lances.

8.9 Durante a fase de disputa, o licitante poderá registrar lances sucessivos, respeitado o intervalo mínimo definido pelo sistema.

8.10 É de responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública.

8.11 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão apresentar documentação fiscal com restrições, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

9 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1 O licitante deverá enviar sua proposta por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

I – valor unitário do item;

II – marca;

III – fabricante, quando aplicável;

IV – descrição do objeto, em conformidade com o Termo de Referência.

9.2 Todas as especificações do objeto constantes da proposta vinculam a futura contratada.

9.3 Nos preços propostos estarão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, logísticos e quaisquer outros necessários à execução integral do objeto.

9.4 Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitida sua alteração após o envio da proposta, salvo nos casos expressamente previstos neste Edital ou na Lei nº 14.133/2021.

9.5 A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

9.6 A tributação incidente sobre a proposta é de inteira responsabilidade do licitante, observando-se o regime tributário a que estiver submetido.

9.7 Independentemente da composição dos tributos indicados na proposta, os pagamentos serão efetuados com as retenções legalmente exigidas.

9.8 A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições do Edital e do Termo de Referência, bem como compromisso de executar o objeto conforme especificado.

9.9 Os licitantes deverão observar os valores máximos definidos pela Administração no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

10 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO

10.1 A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico LICITANET, na data, horário e endereço eletrônico indicados neste Edital.

10.2 A Pregoeira examinará as propostas cadastradas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com este Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não atendam às especificações técnicas constantes da planilha orçamentária.

10.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante no campo próprio do sistema eletrônico. A eventual identificação em documentos anexados não implicará desclassificação, uma vez que permanecem sigilosos até o encerramento da fase de lances.

10.4 Os licitantes poderão substituir ou retirar propostas e documentos até a abertura da sessão pública.

10.5 As desclassificações serão fundamentadas e registradas no sistema.

10.6 Somente as propostas classificadas participarão da fase de lances.

DA FASE DE LANCES

10.7 A fase competitiva será realizada pelo modo de disputa **ABERTO**, com lances públicos e sucessivos.

10.8 Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pelo sistema eletrônico, em valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.

10.9 O intervalo mínimo entre lances do mesmo licitante será de 20 (vinte) segundos e entre lances distintos de 3 (três) segundos.

10.10 O valor mínimo de diferença entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo).

10.11 A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, prorrogada automaticamente por 2 (dois) minutos sempre que houver lance nos últimos 2 (dois) minutos.

DO ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES

10.12 Encerrada a fase competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valor.

10.13 Não serão aceitos dois lances de mesmo valor, prevalecendo o que tiver sido registrado primeiro.

DA APLICAÇÃO DOS DESEMPATES

10.14 Encerrada a fase de lances, a apuração do vencedor obedecerá rigorosamente à seguinte ordem:

I – Empate ficto para ME e EPP (LC nº 123/2006)

Se a melhor oferta não for de ME ou EPP, e houver propostas de ME/EPP até 5% acima, estas serão consideradas empatadas, com direito de ofertar lance final, conforme arts. 44 e 45 da LC 123.

II – Empate do art. 60 da Lei nº 14.133/2021

Persistindo empate, aplicar-se-ão sucessivamente:

1. disputa final entre os empatados
2. desempenho contratual prévio
3. ações de equidade de gênero
4. programa de integridade

III – Preferência ao fornecedor local (Lei Municipal nº 336/2025)

Persistindo empate ou diferença dentro de até 5%, será assegurada preferência ao fornecedor sediado no Município, desde que sua proposta seja economicamente vantajosa, **sem qualquer restrição à participação de empresas de outros municípios.**

DA NEGOCIAÇÃO

10.15 Definida a melhor proposta, a Pregoeira poderá negociar pelo sistema eletrônico para obtenção de preço mais vantajoso.

10.16 Após a negociação, o licitante melhor classificado deverá enviar a proposta final ajustada no prazo de 2 (duas) horas.

A FASE DE JULGAMENTO

10.17 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação previstas neste Edital e no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva de contratar com o Poder Público.

10.18 Para fins do disposto no item anterior, serão realizadas consultas, em nome da empresa licitante e de seus responsáveis legais, aos seguintes cadastros:

- I – SICAF ou cadastro equivalente;
- II – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- III – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

10.19 Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou a contratação, o licitante será considerado inabilitado.

10.20 Atendidas as condições de participação, o Pregoeiro procederá ao exame da proposta classificada em primeiro lugar quanto:

- I – à compatibilidade com o objeto;
- II – ao atendimento às especificações do Termo de Referência;
- III – à adequação do preço ao valor máximo admitido para contratação;
- IV – à exequibilidade.

DA EXEQUIBILIDADE

10.21. Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas potencialmente inexequíveis as propostas que apresentem valor global significativamente inferior ao estimado pela Administração, especialmente aquelas inferiores a 70% (setenta por cento) do valor estimado, hipótese em que será instaurada diligência para apuração da exequibilidade.

10.22. O percentual indicado no item anterior constitui critério objetivo de alerta, não implicando presunção absoluta de inexequibilidade, devendo a análise observar as especificidades do objeto e os elementos técnicos constantes da proposta.

10.23. A inexequibilidade somente poderá ser declarada após diligência formal que comprove, cumulativamente:

- I – que os custos diretos e indiretos do licitante superam o valor ofertado;
- II – que inexistem ganhos de eficiência, economia de escala, tecnologia diferenciada ou vantagens competitivas que justifiquem o preço apresentado;
- III – que a proposta compromete a adequada execução do objeto.

10.24. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderá ser exigida do licitante:

- I – planilha detalhada de composição de custos unitários;
- II – demonstração analítica de encargos sociais e BDI;
- III – cronograma físico-financeiro compatível com o valor ofertado;
- IV – documentos que comprovem custos de insumos e mão de obra.

10.25. A diligência deverá ser fundamentada tecnicamente, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa ao licitante.

10.26. Não comprovada a exequibilidade, a proposta será desclassificada de forma motivada.

DA PLANILHA DE CUSTOS

10.27 Quando exigida planilha de custos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la ajustada ao valor final de sua proposta.

10.28 Erros formais ou de cálculo poderão ser corrigidos pelo licitante, desde que não impliquem aumento do preço ofertado nem alteração da substância da proposta.

DA SEQUÊNCIA DE JULGAMENTO

10.29 Se a proposta do primeiro classificado for recusada, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

10.30 Nos itens não exclusivos para ME e EPP, antes de passar à proposta subsequente, será verificada automaticamente a ocorrência do empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

10.31 O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante o envio de documentos complementares, pelo sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro.

DA CONTINUIDADE DA SESSÃO

10.32 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para realização de diligências, sendo a nova data e horário informados no sistema com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

DO ENCERRAMENTO

10.33 Encerrada a fase de aceitação da proposta, o Pregoeiro procederá à verificação da habilitação do licitante vencedor, na forma deste Edital.

HABILITAÇÃO JURIDICA

11.1. Habilitação Jurídica

11.1.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

- I – Empresário individual: registro na Junta Comercial da respectiva sede;
- II – Sociedade empresária, sociedade simples, EIRELI ou cooperativa: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com prova da representação legal;
- III – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- IV – Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, em conformidade com a legislação aplicável.

11.1.2. Para Pessoa Física (PF)

- I – Documento oficial de identificação com foto;
- II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- III – Comprovante de residência atualizado.

11.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.2.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

- I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II – Prova de regularidade perante a Fazenda Federal (Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);
- III – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- V – Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, quando exigível em razão do objeto.

✦ **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão regularizar eventuais pendências fiscais, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, após declaradas vencedoras.**

11.3. Qualificação Econômico-Financeira

11.3.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

- I – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- II – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, apresentados na forma da lei.

✦ Para ME, EPP e MEI: Será admitida a apresentação de balanço simplificado, DASN-SIMEI ou declaração equivalente, conforme o regime jurídico da empresa.

✚ Para empresas constituídas no exercício corrente: Será aceito balanço de abertura ou demonstrações do período, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.2. Para Pessoa Física (PF)

- I – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF do último exercício, ou declaração de isenção, quando aplicável;
- II – Declaração de capacidade econômico-financeira para execução do contrato.

11.4. Qualificação Técnica

11.4.1. Para Pessoa Jurídica (PJ)

I – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de **no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a **execução de serviços de engenharia compatíveis com reforma, manutenção, ampliação ou construção de edificações**, incluindo serviços civis, elétricos, hidráulicos, sanitários ou de urbanização.

II – O atestado de capacidade técnica deverá estar **em nome da licitante**, sendo **vedada a exigência de quantitativos mínimos, prazos excessivos, valores específicos ou características restritivas** que limitem a competitividade, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

III – A licitante deverá comprovar que **dispõe, ou se compromete a dispor**, na fase de execução contratual, de **responsável técnico legalmente habilitado**, com registro regular no **CREA**, compatível com o objeto da contratação, devendo a **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** ser apresentada **antes do início da execução dos serviços**.

IV – Declaração de Disponibilidade Técnica - A licitante deverá apresentar declaração de que dispõe, ou se compromete a dispor, quando da assinatura do contrato, de equipe técnica, equipamentos, ferramentas e estrutura operacional compatíveis com a execução dos serviços de engenharia objeto desta licitação, em conformidade com o Termo de Referência.

11.5. Declarações

O licitante, pessoa física ou jurídica, deverá apresentar declarações de que:

- I – não emprega menor em situação proibida pela legislação trabalhista;
- II – não utiliza trabalho degradante ou forçado;
- III – cumpre as normas relativas à inclusão de pessoas com deficiência, quando aplicável;
- IV – inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;
- V – não está impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública.

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.2 A proposta final deverá:

- I – ser redigida em língua portuguesa;
- II – observar o modelo constante do **Anexo II** deste Edital;
- III – conter a descrição completa do objeto, com marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, quando aplicável;
- IV – conter os preços unitários e totais em moeda corrente nacional;
- V – estar adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada.

12.3 A proposta final fará parte integrante do processo e vinculará a Contratada durante a execução do contrato, inclusive para fins de aplicação de sanções.

12.4 Em caso de divergência entre valores, prevalecerá o valor global registrado no sistema eletrônico.

12.5 A proposta deverá ser firme, precisa e limitada ao objeto deste Edital, não sendo admitidas alternativas de preço, condicionantes ou qualquer disposição que comprometa a clareza do julgamento.

12.6 A proposta e os documentos complementares ficarão disponíveis no sistema eletrônico após a homologação do certame.

13 – DOS RECURSOS

13.1 Dos atos praticados no curso do procedimento licitatório caberá recurso administrativo, nos termos dos arts. 165 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Declarado o vencedor e encerrada a fase de habilitação, será concedido o prazo mínimo de **30(trinta) minutos**, no sistema eletrônico, para que qualquer licitante manifeste, de forma **motivada**, a intenção de recorrer, indicando os atos ou decisões que pretende impugnar.

13.3 O Pregoeiro analisará a tempestividade e a motivação da intenção de recorrer, limitando-se à verificação dos requisitos de admissibilidade, sem exame do mérito.

13.4 A ausência de manifestação motivada da intenção de recorrer implicará a **decadência** do direito ao recurso.

DA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES

13.5 Admitida a intenção de recurso, o recorrente terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões recursais, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

13.6 Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar **contrarrazões** no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da disponibilização das razões no sistema.

DO JULGAMENTO DO RECURSO

13.7 O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de **03 (três) dias úteis** ou, mantendo-a, encaminhar o recurso à autoridade superior.

13.8 A autoridade superior deverá decidir o recurso no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.9 Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

DOS EFEITOS

13.10 Os recursos interpostos contra os atos de julgamento das propostas ou de habilitação terão **efeito suspensivo**, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

13.11 O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

13.12 Antes da interposição do recurso, poderá ser apresentado **pedido de reconsideração**, nos termos do art. 165, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DO ACESSO AOS AUTOS

13.13 Os autos do processo permanecerão disponíveis no sistema eletrônico e poderão ser solicitados por e-mail institucional da Administração.

14 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

I – quando o provimento de recurso resultar na anulação de atos praticados anteriormente à sessão pública ou da própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos invalidados e os que deles dependam;

II – quando houver erro na aceitação da proposta mais bem classificada ou quando o licitante declarado vencedor não celebrar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

14.2 Nas hipóteses previstas no item anterior, serão retomados os procedimentos imediatamente posteriores à fase de lances.

14.3 Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação do certame, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.2 A homologação não gera direito subjetivo à contratação, constituindo ato de controle da legalidade e da conveniência administrativa.

16 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação, será celebrado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

16.3 O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente implica que:
I – substitui o contrato, quando cabível;
II – a contratada se vincula à proposta e ao edital;
III – aplicam-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021.

16.4 O contrato terá vigência conforme definido no Termo de Referência, limitada aos prazos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, vedada prorrogação automática.

16.5 Antes da contratação, a Administração realizará verificação nos cadastros de sanções administrativas.

16.6 A manutenção das condições de habilitação será exigida durante toda a vigência contratual.

16.7 Na recusa injustificada do adjudicatário, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nos termos do art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

17 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração.

17.2 O objeto será considerado definitivamente recebido após verificação de conformidade com o Termo de Referência.

17.3 Constatadas irregularidades, a contratada será notificada para saná-las no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus para o Município.

17.4 O fiscal do contrato deverá:
I – acompanhar a execução;
II – atestar as notas fiscais;
III – comunicar irregularidades e sugerir penalidades.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações das partes são aquelas previstas no Termo de Referência e no Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

- I – der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- II – atrasar ou não cumprir obrigações contratuais;
- III – fraudar a execução do contrato;
- IV – comportar-se de modo inidôneo;
- V – apresentar documentação falsa;
- VI – cometer fraude fiscal;
- VII – praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação.

19.2 As infrações administrativas poderão ensejar, conforme a gravidade do caso, a aplicação das seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3 As multas poderão ser:

- I – moratória, no percentual de até 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- II – compensatória, no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução parcial;
- III – compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total.

19.4 A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

19.5 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, observado o princípio da proporcionalidade.

19.6 A aplicação de penalidades observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a gravidade da infração;
- II – os danos causados à Administração;
- III – circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – a existência de programa de integridade.

19.8 As sanções serão registradas nos cadastros oficiais, quando exigido por lei.

19.9 As sanções de impedimento e de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS ESCLARECIMENTOS

20.1 Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 Os pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão.

20.3 As impugnações e pedidos de esclarecimento serão protocolados pelo sistema LICITANET ou pelo e-mail oficial do Município.

20.4 As respostas serão divulgadas no sistema eletrônico e vincularão todos os participantes.

20.5 A impugnação não terá efeito suspensivo, salvo decisão motivada da autoridade competente.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública será lavrada ata, que ficará disponível no sistema eletrônico.

21.2 Os prazos serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

21.3 A homologação do certame não gera direito à contratação.

21.4 Os erros formais sanáveis não ensejarão a inabilitação ou desclassificação.

21.5 O Edital e seus anexos estão disponíveis no portal do Município e no sistema LICITANET.

21.6 Integram este Edital, para todos os fins:

- Termo de Referência
- Estudo Técnico Preliminar
- Minuta do Contrato
- Modelos de declarações e proposta

BARROLÂNDIA - TO, 18 de fevereiro de 2026.

Keury Juliana Nunes da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MODELO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL
(a ser apresentada apenas pelo licitante vencedor, após a fase de lances)

AO MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO

Objeto: Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de engenharia, visando à reforma do Quiosque e da Praça Pública do Município de Barrolândia – TO, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à execução integral do objeto, conforme projetos, orçamento, especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL FINAL, em conformidade com o último lance ofertado e com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

() **Pessoa** **Jurídica**

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual (se houver): _____

() **Pessoa** **Física**

Nome completo: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Dados bancários para pagamento:

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

2. PREÇOS

Os preços estão ajustados ao último lance ofertado no sistema eletrônico:

Item Descrição Marca Quantidade Valor Unitário (R\$) Valor Total (R\$)

Valor Global da Proposta: R\$ _____

(_____)

3. CONDIÇÕES GERAIS

Declaramos que:

a) Conhecemos e aceitamos integralmente os termos do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos;

b) Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e demais despesas

necessárias à perfeita execução do objeto;
c) As especificações ofertadas atendem integralmente às exigências do Edital;
d) Esta proposta vincula **o licitante** durante toda a execução contratual.

5. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação no sistema eletrônico.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

Nome: _____

Cargo: _____

MODELOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 004/2026, sob as penas da lei, que:

✓ Enquadra-se como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

✓ Atende integralmente aos requisitos legais para fruição do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

✓ Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Declara, ainda, que está ciente de que a prestação de informação falsa poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Local e data: _____

Nome do representante legal: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E CONFORMIDADE COM A LEI ANTICORRUPÇÃO

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

I – A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, sem comunicação, acordo, ajuste ou influência de qualquer outro licitante;

II – Não tentou influenciar a decisão de qualquer outro licitante ou agente público;

III – O conteúdo da proposta não foi divulgado antes da abertura oficial;

IV – Atua em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e com a Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e data: _____

Assinatura: _____

Nome e CPF do representante legal _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaramos que O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____, está ciente e concorda integralmente com as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026 e seus anexos, e que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução do objeto.

Local _____ e data: _____

Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, CPF ou CNPJ nº _____ declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026.

Local _____ e data: _____

Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Declaramos que cumprimos a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaramos que não existem fatos impeditivos à nossa habilitação no Pregão Eletrônico nº 004/2026.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE TRABALHO DIGNO

Declaramos que não utilizamos trabalho degradante ou forçado em nossa cadeia produtiva, conforme Constituição Federal.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR

Declaramos que não empregamos menores em condições vedadas pela legislação trabalhista.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO

Declaramos que não há, em nosso quadro societário ou funcional, agente público do Município de Barrolândia-TO.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
PROCESSO Nº 164/2026
MINUTA DO CONTRATO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, S/N, Centro, Barrolândia, TO, neste ato representado por seu atual Prefeito Municipal, João Machado Alves, brasileiro, casado, agente político, portador do RG XXXXX SSP/TO e CPF nº. XXXXXXXX, residente e domiciliado em Barrolândia/TO, denominado CONTRATANTE, de outro lado, **a pessoa física ou jurídica**, inscrita no **CPF ou CNPJ** sob o nº _____, com endereço à _____, doravante denominada CONTRATADA, representada por seu representante legal, quando pessoa jurídica, ou pelo próprio contratado, quando pessoa física, portador do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____”, resolvem celebrar o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de engenharia, visando à reforma do Quiosque e da Praça Pública do Município de Barrolândia – TO, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à execução integral do objeto, conforme projetos, orçamento, especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. O valor total da presente contratação é de R\$ _____ (_____), conforme proposta final apresentada pela CONTRATADA, que integra este contrato.

2.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, tais como tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, fretes, transporte, mão

de obra e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. 3.1. O regime de execução do contrato é o de empreitada por preço global, compreendendo a execução integral dos serviços de engenharia necessários à reforma do Quiosque e da Praça Pública do Município de Barrolândia – TO, conforme projetos, orçamento, especificações técnicas e disposições do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
(a ser informada pela Administração na fase de contratação)

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. 5.1. O pagamento será efetuado mediante transferência bancária para a conta indicada pela CONTRATADA, após a execução das etapas dos serviços de engenharia relativos à reforma do Quiosque e da Praça Pública, devidamente comprovadas por medições, recebimento provisório e definitivo do objeto, e atestadas pelo Fiscal do Contrato.

5.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, desde que não haja pendência imputável à CONTRATADA.

5.3. No pagamento serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei, quando aplicáveis, observando-se, quando for o caso, o regime do Simples Nacional, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

6.1. Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária entre seus empregados e o CONTRATANTE.

6.2. Responder por todos os danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato que possa comprometer, retardar ou inviabilizar a execução do contrato.

6.4. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica exigidas no procedimento licitatório, conforme art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Não empregar menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nem empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em conformidade com a Constituição Federal e a legislação trabalhista.

6.7. Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução contratual pelo CONTRATANTE, bem como pelos órgãos de controle interno e externo, inclusive órgãos federais, quando aplicável.

6.8. Manter seus dados cadastrais atualizados junto à Administração, especialmente endereço, telefone, correio eletrônico e dados bancários.

6.9. Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.10. Em razão da vinculação ao Conforme registro nº 09032025-084408/2025, a CONTRATADA obriga-se, ainda, a:

- I – cumprir fielmente o objeto, metas e condições estabelecidas no referido Contrato de Repasse e no Plano de Trabalho aprovado;
- II – manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual;
- III – permitir acesso irrestrito à fiscalização municipal, federal e aos órgãos de controle, inclusive para fins de auditoria e prestação de contas;
- IV – manter toda a documentação técnica, administrativa, fiscal e financeira da execução do objeto organizada e disponível, pelo prazo legal, para fins de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas.

6.11 A CONTRATADA deverá apresentar, previamente ao início da execução do objeto, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente **registrada no CREA, referente aos serviços contratados**

6.12. A CONTRATADA garante a qualidade e a durabilidade dos serviços executados pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, obrigando-se a realizar, sem ônus para o CONTRATANTE, a correção de quaisquer vícios construtivos, falhas de execução ou desconformidades técnicas verificadas durante o período de garantia.

6.13 A CONTRATADA é integralmente responsável pela observância das normas de segurança do trabalho, assumindo todos os riscos decorrentes da

execução contratual e respondendo por eventuais danos causados a seus empregados, à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Receber e fiscalizar a execução dos serviços de engenharia relativos à reforma do Quiosque e da Praça Pública do Município de Barrolândia – TO, conforme projetos, especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste contrato, após o regular atesto da execução do objeto.

7.4. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do contrato.

7.5. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais, observados o contraditório e a ampla defesa.

7.6. Assegurar a disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao cumprimento do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

8.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, limitada à vigência do Contrato de Repasse nº CR 989687-2025, destinando-se exclusivamente à execução integral do objeto contratado.

8.2. O prazo de execução do objeto será aquele definido no Termo de Referência, tratando-se de contrato por escopo, não se caracterizando como prestação de serviço contínuo, nem admitindo pagamentos periódicos ou mensais.

8.3. O contrato não poderá ser prorrogado de forma sucessiva, admitindo-se excepcionalmente a prorrogação do prazo de execução, desde que devidamente justificada, exclusivamente para a conclusão do objeto, nas hipóteses e limites previstos nos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, sem alteração do objeto e sem extrapolação da vigência do Contrato de Repasse.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Compete ao Fiscal do Contrato, sem prejuízo de outras atribuições legais:

I – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de engenharia relativos à reforma do Quiosque e da Praça Pública do Município de Barrolândia – TO, assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais, dos projetos, das especificações técnicas e do Termo de Referência;

II – atestar as medições, o recebimento provisório e definitivo do objeto, bem como as notas fiscais, como condição para a liquidação e o pagamento da despesa;

III – comunicar formalmente à Administração qualquer irregularidade, desconformidade técnica, atraso ou descumprimento contratual;

IV – registrar as ocorrências relevantes e sugerir, quando cabível, a aplicação de penalidades administrativas;

V – verificar a conformidade da execução com os projetos, o Termo de Referência e, quando aplicável, com o Contrato de Repasse nº CR 989687-2025.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

10.1. Os preços contratados são fixos e irremovíveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta vencedora, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses e havendo saldo contratual a executar, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da CONTRATADA, aplicando-se a variação acumulada do:

👉 INCC – Índice Nacional de Custo da Construção (FGV) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

10.3. O reajuste incidirá exclusivamente sobre o saldo remanescente não executado do contrato, vedada qualquer forma de retroatividade.

10.4. O cálculo do reajuste observará a seguinte fórmula:

$$R = V \times (I_1 / I_0)$$

Onde:

| | | | |
|----------------|--|---------------------------|--------------|
| R | = | valor | reajustado |
| V | = | valor da parcela | remanescente |
| I ₀ | = | índice do mês da proposta | |
| I ₁ | = índice do mês de aniversário do reajuste | | |

10.5. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, vedada a celebração de termo aditivo para essa finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O valor contratual é aquele constante da proposta vencedora do certame, correspondente à execução integral do objeto contratado, não havendo qualquer pagamento de natureza mensal ou periódica.

11.2. O pagamento será efetuado de acordo com as medições e etapas efetivamente executadas, após o recebimento provisório e definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, nos termos do Termo de Referência.

11.3. O pagamento ocorrerá no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa, observadas as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 14.133/2021, bem como as retenções tributárias e previdenciárias legalmente exigidas.

11.4. É vedado o pagamento antecipado, total ou parcial, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei nº 14.133/2021 e autorizadas no Termo de Referência.

11.5. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regular execução do objeto, à conformidade com o Plano de Trabalho do Contrato de Repasse nº CR 989687-2025, bem como à inexistência de pendências imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extinguirá automaticamente com o término de sua vigência ou com a conclusão integral do objeto contratado, o que ocorrer primeiro.

12.2. O contrato poderá ser extinto antecipadamente, mediante decisão motivada da Administração, nas seguintes hipóteses:

- I – por razões de interesse público devidamente justificadas;
- II – por insuficiência ou contingenciamento de recursos orçamentários;
- III – por descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais;
- IV – nas demais hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A extinção contratual será precedida de processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando exigido por lei.

12.4. Na hipótese de extinção por iniciativa da Administração, sem culpa da CONTRATADA, esta fará jus às indenizações cabíveis, na forma do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. A extinção será formalizada por termo próprio, com a devida apuração do estágio de execução do objeto, dos valores pagos, dos valores eventualmente devidos e da aplicação de penalidades, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Das Infrações Administrativas

Constitui infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a prática, pelo contratado, das seguintes condutas:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução total do contrato;
- III – deixar de entregar a documentação exigida;
- IV – apresentar documentação falsa;
- V – ensejar o retardamento da execução;
- VI – fraudar a execução do contrato;
- VII – comportar-se de modo inidôneo;
- VIII – cometer fraude fiscal;
- IX – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

13.2. Das Sanções Aplicáveis

Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas, observada a proporcionalidade e a gravidade da conduta, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.3. Das Multas

13.3.1 Multa Moratória

Pelo atraso injustificado na execução do objeto:

- Aplicar-se-á multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso,
- Incidente sobre o valor da parcela inadimplida,
- Limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Ultrapassado o prazo de 20 (vinte) dias consecutivos de atraso, poderá a Administração:

- ✓ rescindir o contrato;
- ✓ aplicar multa compensatória;
- ✓ aplicar outras sanções cabíveis.

13.3.2 Multa Compensatória – Inexecução Parcial

Nos casos de inexecução parcial:

- multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo contratual, conforme a extensão do dano.

13.3.3 Multa Compensatória – Inexecução Total

Nos casos de inexecução total:

- multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato.

13.4. Dos Critérios de Dosimetria

Na aplicação das penalidades serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração;
- II – os danos causados à Administração;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – a reincidência;
- V – a vantagem auferida pelo contratado;
- VI – a existência de programa de integridade, quando aplicável.

13.5. Do Processo Administrativo

A aplicação das sanções observará:

- ✓ contraditório;
 - ✓ ampla defesa;
 - ✓ motivação formal da decisão;
 - ✓ possibilidade de recurso administrativo;
- nos termos dos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Da Cumulação de Sanções

As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, e não excluem:

- ✓ a reparação integral dos danos;
- ✓ a retenção de valores devidos;
- ✓ a execução da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Das Hipóteses de Alteração

O contrato poderá ser alterado nas hipóteses e limites previstos nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e decisão motivada da autoridade competente.

14.2. Dos Acréscimos e Supressões

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais:

I – acréscimos quantitativos até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato;

II – supressões que se fizerem necessárias, podendo ultrapassar 25%, mediante acordo entre as partes, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. O limite percentual incidirá sobre o valor inicial atualizado do contrato, já considerados eventuais reajustes ou reequilíbrios concedidos.

14.3. Das Alterações Unilaterais

A Administração poderá promover alterações unilaterais para melhor adequação técnica ou atendimento ao interesse público, desde que:

- I – respeitados os limites legais;
II – mantido o equilíbrio econômico-financeiro;
III – formalizadas por termo aditivo.

♦ 14.4. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido quando comprovado fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

14.5. Das Condições para Reequilíbrio

O pedido deverá ser instruído com:

- I – demonstração analítica do impacto financeiro;
II – memória de cálculo detalhada;
III – comprovação documental do fato superveniente;
IV – planilhas comparativas entre custos originais e custos atualizados.

Não será admitido reequilíbrio quando o evento estiver alocado como risco exclusivo da CONTRATADA na Matriz de Risco.

14.6. Das Hipóteses que Não Caracterizam Reequilíbrio

Não ensejam reequilíbrio:

- Oscilações ordinárias de mercado;
- Aumento previsível de insumos;
- Erro de planejamento;
- Subdimensionamento de custos;
- Baixa produtividade;
- Encargos trabalhistas ou fiscais ordinários;
- Riscos assumidos na Matriz de Risco.

14.7. Da Formalização

- I – Alterações quantitativas ou qualitativas serão formalizadas por **termo aditivo**;
II – Reequilíbrio econômico-financeiro será formalizado por **termo aditivo**;
III – Reajuste anual será formalizado por **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.8. Dos Serviços Extras

A execução de serviços não previstos originalmente somente poderá ocorrer mediante:

- I – prévia justificativa técnica;
II – autorização formal da Administração;
III – celebração de termo aditivo;
IV – comprovação de dotação orçamentária.

A execução sem autorização formal não gera direito a pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS TRIBUTOS

15.1. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

16.1 O presente contrato rege-se:

I – Pela Lei nº 14.133/2021;

II – Pelos princípios do Direito Público;

III – Supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município, no prazo legal, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O presente contrato rege-se integralmente pela Lei nº 14.133/2021.

18.2. Fica eleito o foro da Comarca de Miranorte - TO para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA MATRIZ DE RISCO

19.1 Da Alocação Objetiva de Riscos

Nos termos do art. 22 e do art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, as partes estabelecem a presente Matriz de Risco, que define a alocação objetiva das responsabilidades decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

A matriz integra o presente contrato para todos os fins de direito.

19.2 Dos Riscos Alocados à CONTRATADA

Constituem riscos de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro:

I – Erros de execução ou falhas técnicas na realização dos serviços;

II – Atrasos decorrentes de falhas logísticas, operacionais ou administrativas próprias;

III – Subdimensionamento de custos ou erro na formação da proposta;

IV – Oscilações ordinárias de mercado;

V – Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

VI – Acidentes de trabalho decorrentes de descumprimento das normas de segurança;

VII – Danos causados a terceiros por culpa ou dolo;

VIII – Vícios construtivos durante o prazo de garantia;

IX – Baixa produtividade ou má gestão da obra.

19.3 Dos Riscos Alocados à CONTRATANTE

Constituem riscos de responsabilidade da CONTRATANTE, podendo ensejar reequilíbrio econômico-financeiro:

- I – Erros ou omissões no projeto básico fornecido pela Administração;
- II – Paralisação da obra por determinação administrativa;
- III – Alterações unilaterais do contrato nos termos legais;
- IV – Interrupção comprovada de repasse de recursos federais;
- V – Descoberta de interferências técnicas ocultas não detectáveis previamente.

19.4 Dos Riscos Compartilhados

São considerados riscos compartilhados, passíveis de reequilíbrio mediante comprovação técnica e impacto direto:

- I – Eventos climáticos extraordinários fora da média histórica;
- II – Caso fortuito ou força maior (enchentes, desastres naturais, calamidade pública);
- III – Greve geral nacional que afete diretamente a execução;
- IV – Alterações legislativas tributárias de impacto direto e imprevisível;
- V – Aumento extraordinário e imprevisível de insumos essenciais.

19.5 Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

O reequilíbrio somente será admitido quando:

- I – Comprovado fato superveniente;
- II – Demonstrada inexistência de culpa da parte requerente;
- III – Evidenciado impacto direto e mensurável no contrato;
- IV – Apresentada memória de cálculo detalhada;
- V – Observado o art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

O pedido deverá ser formalizado com documentos técnicos, planilhas e comprovação objetiva do desequilíbrio.

19.6 Dos Eventos Não Passíveis de Reequilíbrio

Não ensejam reequilíbrio:

- Variações previsíveis de mercado;
- Erros de planejamento;
- Gestão ineficiente;
- Aumento de custos internos da contratada;
- Encargos trabalhistas ou tributários ordinários.

19.7 Dos Seguros e Garantias

A CONTRATADA deverá:

- I – Manter garantia contratual equivalente a 5% do valor do contrato;
- II – Manter seguro de responsabilidade civil durante a execução;
- III – Garantir a obra pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos contra vícios construtivos.

A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 5 dias úteis após a convocação para assinatura do contrato, podendo ser prestada nas modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

19.8 Da Prevalência

Em caso de conflito interpretativo, prevalecerá a presente cláusula de Matriz de Risco sobre disposições genéricas do contrato.

20 VIGÉSSIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

20.1 As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei nº **13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – **LGPD**) e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas a serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro Miranorte - TO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ASSINATURAS

22.1. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

BARROLÂNDIA - TO, de de 2026.

CONTRATANTE

C O N T R A T A D A

TESTEMUNHAS:

1: _____

2: _____